

O Salto

O JORNAL DOS TRABALHADORES PORTUGUESES EMIGRADOS

VASCO MC MARTINS

LE JOURNAL DES TRAVAILLEURS PORTUGAIS IMMIGRES - B.P. 95 - 75 522 PARIS CEDEX 11 - C.C.P. 562 685 - MENSUEL - 1 DM - 1 FI - 10 FB - 1 F

Editorial

QUEM É «CONTRA OS PORTUGUESES» ?

No final de um novo ano, costuma-se ditar os tarecos velhos à rua, isto é, acompanhar o tempo, substituir o velho pelo novo.

A questão que hoje queremos abordar já se levanta há muito tempo, talvez mesmo desde o primeiro dia em que começámos a vender O Salto. Ela é apresentada de modo diferente, conforme as pessoas e o lugar que ocupam na sociedade. Os nossos inimigos declarados, fascistas de longa data e servidores do governo na emigração dizem: « O Salto é um jornal de traidores à pátria, é perigoso que o leiam pois podem ter aborrecimentos... ». Todavia, não é a este sector da emigração — aliás reduzido — que dedicamos este editorial.

A questão fundamental que hoje queremos esclarecer é outra. Muitos trabalhadores emigrados quando, nos mercados, vendemos o jornal, dizem-nos: « Não compro esse jornal porque é contra os portugueses. »

Ponhamos os pontos nos i. Quem são os portugueses e quem é, afinal, contra eles?

Todos os portugueses emigrados, excepto uma pequenina minoria formada pela casta que atrás referimos, estão em França, na Alemanha, na Holanda, no Luxemburgo ou na Bélgica, trabalhando nas fábricas, na construção civil, nas limpezas, nas cozinhas de restaurantes ou hotéis, vivendo nas barracas, nos pequenos quartos ou « hotéis », nas piores condições de higiene e conforto, porque têm o espírito da aventura, como dizia o ditador Salazar, ou porque as miseráveis condições de vida em Portugal assim os obrigaram?

Os milhares de jovens, refratários ou desertores do exército colonial, que hoje se encontram na Europa, fugiram porque tiveram um aborrecimento com a família ou com o sargento, ou porque se

recusam a participar numa guerra que os homens do dinheiro movem contra povos que desejam a sua independência?

As centenas de operários, camponeses e intelectuais que eram perseguidos pela polícia, e hoje trabalham na Europa, saíram de Portugal porque eram criminosos de delito comum ou porque lutaram por um novo Portugal sem miséria, nem opressão?

Mas, afinal, quem somos nós, os portugueses emigrados, e por que viemos e o que fazemos?

Éramos camponeses, operários, pequenos proprietários, pequenos comerciantes e estudantes, e não foi pelo gosto da aventura que viemos.

Deitemos só uma vista de olhos aos salários. O operário português, em 1963, ganhava em média por hora 5,40 escudos. Em 1965, o salário médio de um operário não especializado na região de Lisboa era de 42 escudos por dia e, na região de Vila Real, de 25 escudos. No campo, o trabalhador da região de Braga que trabalhava por conta de outrém ganhava, em 1966, 36 escudos por dia, em média, e uma mulher 24 escudos. As dívidas do pequeno proprietário aumentavam cada dia, ao mesmo tempo que se desenvolvia a burguesia rural favorecida pelas medidas governamentais e os organismos corporativos. Não foi o rico que emigrou; não foi o patrão da fábrica ou da herdade, ou o abastado e médio comerciante, para quem os « negócios » vão bem. Foi uma parte do povo português, uma parte da classe operária e do campesinato e os pequenos proprietários empobrecidos, e são estes os portugueses emigrados.

Mas poderão dizer que o Tenreiro, o Caetano, o Espírito Santo, o Chapallimaud e outros que tais também são portugueses, e O Salto está sempre a atacá-los.

É verdade que eles são portugueses, mas eles não fazem parte do povo português. São membros de uma outra classe, a que explora o povo e obriga uma parte a emigrar. É deles o governo fascista de Caetano e, outrora, o de Salazar, que está no poder para administrar os seus negócios. É deles o exército e é para eles que os filhos do povo vão lutar contra outros povos que desejam a sua independência. É deles a polícia que persegue e reprime todos aqueles que lutam para defender os interesses dos operários e camponeses, e outros que se oponham à sua ditadura. São deles os jornais, a televisão e a rádio

A ABOLIÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA

O GOVERNO DE CAETANO: UM LOBO COM PELE DE CORDEIRO

Como é hábito nestes casos, um regime de terror, como o que existe no nosso país desde 1926, quando toma uma medida que aparentemente, aos olhos do povo, pode parecer uma boa medida, fá-lo com uma grande pompa e dá-lhe toda a publicidade possível.

Foi o que aconteceu, no passado mês de Novembro, com a publicação de um novo decreto-lei que, segundo o governo fascista de Caetano, « abolia as medidas de segurança para delinquentes políticos ». A imprensa, a rádio e a televisão, meios de informação que o governo tem à sua disposição e controla directamente para servir os seus interesses, dispensaram grande parte das suas colunas e emissões a mais esta farsa caetanista. Na Assembleia Nacional (o parlamento fascista) todos os Senhores deputados, desde Cazal-Ribeiro, fascista de longa

data e que mais parece um « gato assanhado » que outra coisa qualquer, até ao chamado liberal Magalhães Mota, aplaudiram com todas as suas forças esta cínica medida do governo.

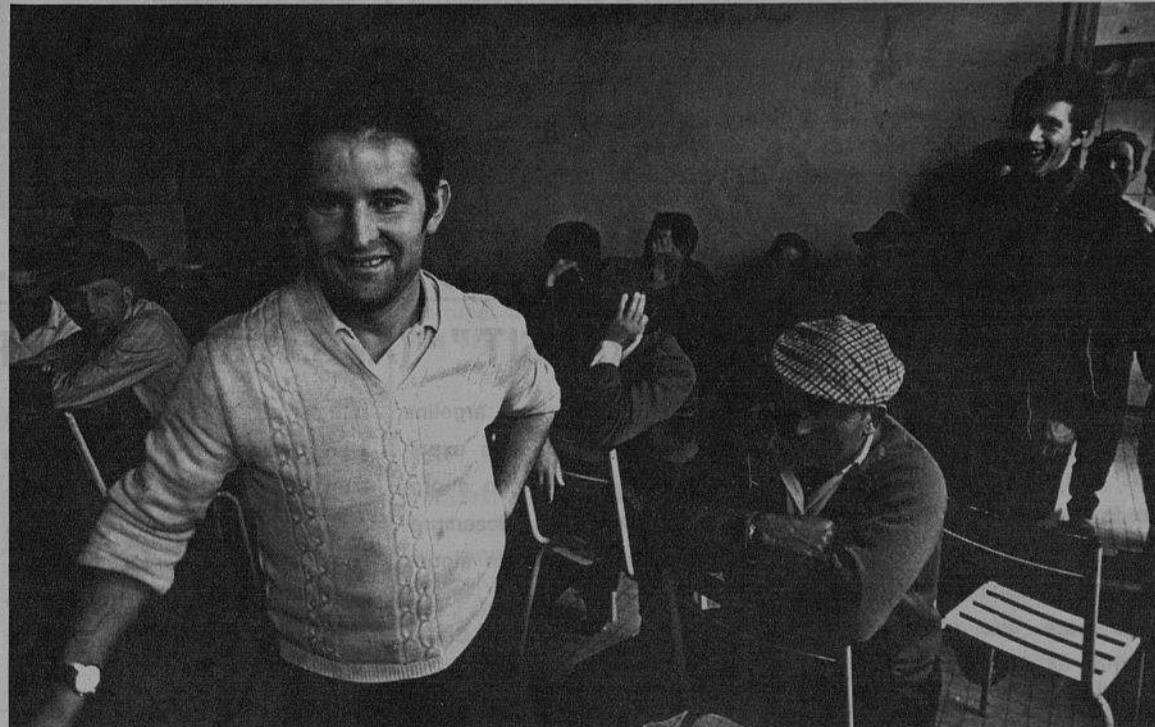
São do conhecimento do nosso povo e, em especial, dos valentes militantes das organizações operárias e populares, os métodos bárbaros que, desde a sua subida ao poder, a ditadura terrorista do capital, o fascismo, tem utilizado para oprimir e explorar. As mortes da Pide, que Caetano baptizou de DGS, foram e são o teatro da tortura física e moral. Os esbirros da Pide infligem aos antifascistas torturas como a estátua, a privação do sono, as chicotadas, as ameaças de morte, o pingão de água na cabeça, os choques eléctricos, o soro da verdade, o segredo, etc., chegando ao assassinato, como foi o

caso, entre outros, do heróico combatente, o operário metalúrgico Militão Ribeiro, ou ainda levando à morte em consequência das torturas, como foi o caso de Bento de Jesus Caraça e tantos outros. E isto vem juntar-se às mortes a sangue-frio em plena rua, como a de Catarina Eufémia, camponesa de Baleizão, ou Dias Coelho e como, recentemente, a do estudante Ribeiro Santos.

Foi em 1956 que Salazar publicou um decreto-lei com o nº 40 550 que vinha legalizar as medidas de segurança, que já vinham sendo aplicadas pelos esbirros da Pide às ordens do ditador.

O artigo 7 do referido decreto-lei rezava assim: « Serão sujeitos à medida de segurança de internamento, em estabelecimento adequado, por período indeterminado, de seis a três anos, prorrogável

(Continua na pág. 3.)



Que em 1973 os trabalhadores portugueses reforcem a sua unidade e alcancem novas vitórias na sua luta contra exploração e a opressão!

OS NOSSOS VOTOS PARA

1973

No início do Novo Ano O Salto deseja a todos os seus assinantes, leitores, amigos e a todos os trabalhadores portugueses, um ano repleto de sucessos na luta que, em conjunto, movemos na defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores portugueses emigrados e dos trabalhadores do mundo inteiro.

Que o ano de 1973 seja um ano onde, por todo o lado, os povos lutem contra os imperialismos, o colonialismo e o neo-

colonialismo, que essa luta se reacenda e fortaleça!

Que o ano de 1973 traga ainda maiores sucessos ao proletariado e camponeses dos países capitalistas que lutam contra todas as prepotências do sistema e seus aliados!

Que em Portugal, no ano de 1973, as lutas do proletariado, antifascistas e anticolonialistas se multipliquem e alcancem ainda maiores vitórias na batalha pela instauração do poder popular!

O SALTO

56, rue de la Fontaine-au-Roi
75011 PARIS
Metro Goncourt

Horas de abertura

2ª feira das 16h às 22h 30
Sábado das 16h às 20h

Secção Social
Vendas
Redacção
Secretaria

(Continua na pág. 3.)

internacional

O 12º ANIVERSÁRIO DA FNL DO VIETNAM DO SUL



Sobre um carro abandonado pelo inimigo americano flutua a bandeira do GRP empuinhada por um soldado da FNL

No passado dia 20 de Dezembro, passou mais um aniversário da criação da Frente Nacional de Libertação do Vietnam do Sul. Depois da criação da FNL, a luta do povo vietnamita para destruir o feudalismo e varrer da sua terra os imperialistas americanos reforçou-se ainda mais e tem desferido golpes profundos nos agressores americanos e no seu governo fantoche de Saigão. As grandes vitórias militares obtidas pelas Forças Armadas Populares de Libertação (FAPL), o progresso económico e social por elas desenvolvido nas regiões libertadas mostram bem que a FNL e o Governo Revolucionário Provisório do Vietnam do Sul (G.R.P.) alcançará uma brilhante vitória sobre o imperialismo americano e seus comparsas.

A propósito deste aniversário realizou-se em Paris, uma sessão comemorativa, organizada pela União dos Vietnamese em França,

na qual participou a senhora Binh, ministra dos Negócios Estrangeiros do Governo Revolucionário Provisório. Numa passagem do seu discurso, depois de ter desmascarado a falsa política de paz de Nixon a senhora Binh afirmou: «O povo vietnamita, depois de vários anos de guerra, deseja ardenteamente a paz, mas esta deve ser uma paz na independência e na liberdade verdadeiras. Se o governo americano se obstina a alimentar a ilusão de poder salvar a política de «vietnamização» e de poder dominar o Vietnam do Sul, realizando o neocolonialismo e perpetuando a divisão do Vietnam, o povo vietnamita, do Sul e do Norte, está determinado a conduzir a luta até à realização dos seus objectivos legítimos.

«Apoiando-se no conjunto dos seus sucessos, o povo vietnamita tem força bastante e determinação suficiente para continuar a luta até à vitória total.»

AS "CITES DE TRANSIT" (ALOJAMENTOS PROVISÓRIOS)

(Continuação da pág. 6) to definitivo correspondente às suas necessidades e não excedendo as normas do HLM e que «é bom ter em conta o nível do conforto, o preço do aluguer, levando para que ele não seja superior às possibilidades da família, a localização do alojamento proposto a fim de que ele não seja excessivamente longe do lugar do trabalho».

Mas será que após o juiz ter decidido a nossa expulsão, não nos resta nenhuma defesa? A resposta que as famílias da «Cité de Transit» Danielle Casanova, em St.Denis, deram a essa pergunta foi: Resta-nos ainda uma defesa!

UNIDOS E PREVENIDOS VALEMOS POR MILHÕES

Apesar de circular afirmar repetidas vezes que a função principal de uma «Cité de Transit» é a função social, duas famílias,

uma portuguesa e outra argelina receberam uma ordem de expulsão e isto porque, devido a problemas de doença e de desemprego, não puderam, durante alguns meses, pagar o aluguer.

Um dos habitantes da «Cité»,

relatou-nos assim os factos. «A família portuguesa conheço-a bem, o marido e o filho sem poderem arranjar emprego, ficaram com alguns alugueres em atraso. Logo que arranjaram trabalho fizem todo o possível para pagar

esses alugueres. Apesar disso, receberam uma carta dizendo para se apresentarem no Tribunal, o que não fizeram por não saberem ler. O juiz condenou-os a serem expulsos.

Felizmente, nós tínhamos informado e sabíamos que, sem o prefeito decidir, os polícias não podiam vir expulsar-nos. Informámos as famílias disso e elas fizeram um apelo a todos os habitantes da «Cité de Transit» para que todos unidos exigissem por carta que o prefeito não desse ordem à polícia para expulsar as famílias. Esta carta assinada por 49 famílias levou o prefeito a não enviar a Polícia e a dizer às famílias que podiam ficar».

Como vemos, não nos basta conhecer os nossos direitos, é necessário que nos unamos para os defender. Se «um trabalhador prevenido vale por dois», unidos e prevenidos valemos por milhões.

A SONACOTRA

A SONACOTRA é uma sociedade anónima criada pelo Estado, em 1956, com a finalidade de construir alojamentos para os trabalhadores argelinos e suas famílias. Hoje, a sua actividade toca todos os trabalhadores emigrados.

A direcção geral da SONACOTRA é assegurada por Henri Laborie, designado pelo Ministério do Interior.

A SONACOTRA tem como função construir e gerir: Lares (Foyers), «Cités de Transit», as

BÁRBAROS ATAQUES CONTRA A REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO VIETNAME DO NORTE

O IMPERIALISMO NORTE-AMERICANO MOSTRA A SUA VERDADEIRA FACE

Segunda-feira, 18 de Dezembro, todo o conjunto do território do Vietnam do Norte e, em especial, as cidades de Hanói e Haiphong, foram visadas por uma bárbara agressão aérea por parte da aviação norte-americana.

O correspondente em Hanói da Agência noticiosa France-Presse (A.P.F.) relatou assim os bombardeamentos:

«Depois de algumas semanas de calma, Hanói conheceu na noite de segunda-feira, 18, para terça-feira, 19 de Dezembro, os mais longos e mais violentos bombardeamentos jamais registados na sua história. A partir das 20 horas (hora local) até às 6 horas da manhã, os caça-bombardeiros americanos, assim como os B-52, sobrevoaram a capital norte-vietnamita, praticamente sem interrupção, lançando toneladas de bombas sobre a periferia.

«Durante toda a noite, as alertas aéreas sucederam-se. Imensos clarões vermelhos e brancos abravam o horizonte a noroeste da cidade. Os caça-bombardeiros sobrevoaram muitas vezes a cidade a baixa altitude.

«A cada deflagração tudo era sacudido no centro da cidade.

«Esta brutal retomada dos bombardeamentos parece não ter pro-

vocado, contudo, uma grande surpresa na população que não perdeu os seus reflexos de outras vezes. O mais violento bombardeamento foi registado de madrugada: começou às 4 h e 40 m para terminar às 6 horas.

«Hanói foi de novo bombardeado no fim da manhã. O ataque começou às 11 h e 45 m (hora local) e terminou 50 minutos mais tarde. Os caça-bombardeiros americanos largaram desta vez as suas bombas a sudoeste da capital.

«As bombas atingiram, nomeadamente, o bairro onde se encontra o hospital de Bach-Mai, indiciou uma testemunha digna de fé, que se encontrava nesse sector no momento do ataque.

«O hospital, que se encontra a mais ou menos 4 horas do centro de Hanói, tinha já sido atingido em Junho último.

As forças armadas populares de todas as regiões atacadas responderam violentemente à agressão. Em Hanói e Haiphong, as baterias antiaéreas abateram vários aviões americanos e capturaram os membros das esquadras. Os próprios americanos reconheceram que tinham perdido dois aviões B-52 e um F-111. Os comunicados publicados em Saigão, onde está instalado o governo fan-

toche de Thieu, indicam que os americanos não tinham perdido até hoje, num só dia, tanto material e homens. Entretanto, em Hanói, 6 pilotos americanos, capturados na noite de segunda-feira para terça, foram apresentados à imprensa.

A lógica imperialista : falar de paz e fazer a guerra

O chefe da delegação da República Democrática do Vietnam à Conferência de Paris deu uma conferência de imprensa no dia 19 de Dezembro onde focou a recente agressão do imperialismo americano e denunciou todas as sabotagens da parte americana nas conversações que se desenrolaram em Paris entre Le Duc Tho (1) e Kissinger (2) afirmando nomeadamente: «Os Estados Unidos traíram os seus compromissos não assinando, no dia 31 de Outubro, o acordo estabelecido no dia 20 do mesmo mês. Apesar desta falta de seriedade, Le Duc Tho e eu mesmo aceitámos encontrar de novo Kissinger a pedido da parte americana.»

Xuan Thuy arbordou, depois mais promenizadamente os encontros realizados em Paris entre os dias 20 e 25 de Novembro e entre os dias 4 e 15 de Dezembro: «A parte americana procurou fazer intervir numerosas modificações no acordo, 126 modificações no total, que diziam respeito aos nove pontos do acordo.

«No conjunto, modificações de fundo que atentavam contra os princípios dos direitos nacionais fundamentais do povo vietnamita e do direito de autodeterminação da população do Vietnam do Sul. A parte americana quis, assim, perpetuar a divisão do Vietnam. Nós rejeitámos estas modificações mas os americanos voltaram sempre a elas.»

Torna-se demasiado claro que todos estes novos ataques do imperialismo americano são premeditados e não passam de uma chantagem para obrigar a capitular o povo do Vietnam, tentando negociar numa posição de força. Por outro lado, isto desmascara o imperialismo americano que passa a vida a falar de paz e de negociações sérias.

O ministro dos negócios estrangeiros da República Democrática do Vietnam declarou no dia 19 de Dezembro: «A administração Nixon tenta recorrer ao emprego das bombas e obuses para obrigar o povo vietnamita a submeter-se e aceitar uma solução do problema do Vietnam segundo as condições americanas. Isto não passa de uma pura quimera. O povo vietnamita heróico e indomável infligirá certamente um castigo bem merecido a todos os actos de escalada de guerra do imperialismo americano e desferirá um golpe sobre a sua política de negociações a partir de uma posição de força e a todas as suas manobras périfidas nas negociações.»

(1) Le Duc Tho, membro do Bureau político do Comité Central do Partido dos Trabalhadores do Vietnam e chefe especial do ministro Xuan Thuy, chefe da delegação do governo da R.D.V.N. na conferência de Paris.

(2) Kissinger, conselheiro especial do presidente dos Estados Unidos da América.



Um aspecto dum bairro operário de Haiphong após mais um criminoso bombardeamento americano

O GOVERNO DE CAETANO :

UM LOBO COM PELE DE CORDEIRO

(Continuação da pág. 1)

por períodos sucessivos de três anos, desde que continuem a revelar-se perigosos:

« 1.º Aqueles que fundem associações, movimentos ou agrupamentos de carácter comunista, ou que exerçam actividades subversivas, ou que tenham por fim a prática de crimes contra a segurança do Estado, ou que utilizem o terrorismo como meio de actuação, e bem assim aqueles que aderirem a tais associações, movimentos ou agrupamentos, com eles colaborarem ou seguirem, com ou sem prévio acordo, as suas instruções;

« 2.º Aqueles que possibilitem conscientemente as referidas actividades subversivas fornecendo local para reuniões, subsidiando-as ou permitindo a sua propaganda. »

COMO O LOBO VESTE
A PELE DE CORDEIRO

Estamos perante um golpe puramente de propaganda e no qual só as palavras mudam, ficando a anterior situação sem modificação. Na realidade, o governo fascista de Caetano, os seus juízes dos tribunais plenários e os seus agentes da Pide podem, da mesma maneira, continuar a massacrar os antifascistas e revolucionários. O decreto-lei recentemente publicado, depois de dizer no artigo primeiro que « são abolidas as medidas de segurança de internamento », logo a seguir, no artigo segundo, diz: « Serão condenados a prisão de seis meses a três anos, quando não seja aplicável pena mais grave: »

« a) Aqueles que fundem associações, movimentos ou agrupamentos que se proponham subverter a ordem social existente ou que tenham por fim a prática de crimes contra a segurança do Estado ou que utilizem o terrorismo como meio de actuação, e bem assim aqueles que aderirem a tais associações, movimentos ou agrupamentos, com eles colaborarem ou seguirem, com ou sem prévio acordo, as suas instruções; »

« b) Aqueles que possibilitem conscientemente as referidas actividades subversivas, fornecendo local para as reuniões, subsidiando-as ou permitindo a sua propaganda. »

Como se pode ver o governo de Caetano pode continuar a aplicar pesadas penas aos militantes antifascistas e revolucionários, até porque a Pide, que dita a lei aos tribunais, forja toda a espécie de acusações, desde que se decida a eliminar os combatentes do actual regime. E nunca respeitou, sequer, a « legalidade » fascista. É também interessante notar que as alíneas a) e b) do presente decreto são a mesma lenga-lenga do decreto-lei com que Salazar legalizou as medidas de segurança.

Como dizímos atrás, mudaram-se as palavras, mas o caminho continua aberto ao terror e a pele de cordeiro que o governo fascista tenta envergar já não engana o povo português nem os intransigentes defensores dos seus interesses. Mas, para além de toda esta farsa, o governo fascista entendeu não alargar este decreto-lei aos patriotas de Angola, Moçambique e Guiné que lutam contra a dominação colonialista que Portugal exerce naqueles países. Assim os valorosos combatentes daqueles países que se encontram



encarcerados nos campos de concentração do Tarrafal, da Machava, da ilha das Galinhas e outros, sem terem passado por qualquer julgamento e condenados à morte lenta, não beneficiarão desta aparente boa-vontade do governo caetanista.

A propósito deste problema, a Agência Noticiosa Popular de Portugal NOVAPORT publicou um despacho bastante elucidativo, que terminava dizendo:

« O presente Decreto-Lei caetanista manifesta, do princípio ao fim, um cinismo extremo, que não consegue esconder o pavor da reacção perante o incremento que presentemente conhece o movimento de massas antifascista. Incrimando em termos dúbios, no seu artigo 3.º, as manifestações públicas, Caetano revela quanto o assustaram os últimos movimentos de rua das massas, nomeadamente no Porto (contra a carestia de vida e em apoio aos estudantes de Lisboa), em Coimbra (contra

a reaccionária Queima das Fitas) e, principalmente, em Lisboa (quando da repressão às cooperativas e do assassinato do estudante Ribeiro Santos).

« O regime fascista funda-se no terrorismo constante que desencadeia contra as camadas populares da população e as suas organizações. É um regime arbitrário, de defesa das regalias da minoria burguesa, extremamente reaccionário, que só persiste apoiado num aparelho repressivo descomunal de controle e eliminação de qualquer actividade social progressiva, justa e popular. A abolição das medidas de segurança é o resultado dos constantes protestos causados pela sua impopularidade. Mas o fascismo recorre a meios mais subtils para continuar a reprimir da mesma forma as forças antifascistas. E só a movimentação de massas o fará recuar. Os crimes do fascismo nenhum português os esquece e, tarde ou cedo, serão vingados. »

QUEM É « CONTRA OS PORTUGUESES » ?

(Continuação da pág. 1)

para fazerem propaganda e enganarem o povo. São estes senhores que espalham lá na sua lenga-lenga: « Somos todos portugueses e devemos defender a nossa Nação. Quem não é por nós é contra nós. »

Esta é e foi sempre a política dos opressores dos povos, dos exploradores, da classe dominante contra as classes dominadas, contra o povo.

Ora, O Salto não é um jornal para defender os interesses desses portugueses, dessa classe, não é

O Século ou o Diário de Notícias, não é o Mundo Português ou o Portugal Popular. O Salto é o jornal dos trabalhadores portugueses emigrados e, portanto, existe para defender os seus interesses de classe e do povo trabalhador português em geral ao mesmo tempo que denuncia e combate a política e a propaganda dos opressores e exploradores do povo, bem como a do seu governo. Como os catorze números de O Salto têm mostrado, nós somos os defensores e porta-vozes do povo português emigrado!

AMEDRONTADO PELO MOVIMENTO ESTUDANTIL O FASCISMO ENCERRA DUAS FACULDADES

4 de Dezembro (NOVAPORT).

Atemorizadas pelo novo ímpeto que conhece o movimento estudantil em Portugal e particularmente alarmadas pelas grandes manifestações que se seguiram ao assassinato de um estudante universitário, as autoridades académicas fascistas tomam medidas drásticas contra a menor movimentação estudantil.

Devido às greves intermitentes que os estudantes da Faculdade de Letras de Lisboa desencadearam no decorrer do passado mês de Novembro, o conselho escolar desta faculdade decidiu oficialmente encerrá-la até ao dia 10 de Dezembro, tendo ameaçado prolongar o encerramento se após aquela data « prosseguir o estado de desordem » (na sua linguagem).

As autoridades académicas do Instituto Superior Técnico não andam menos receosas. Com efeito, por ter sido decidida em Reunião Geral de Alunos a realização dum Plenário dos estudantes no dia 3 de Dezembro, o director daquela escola decidiu encerrar as suas portas durante esse mesmo dia.

Nos últimos meses, o movimento estudantil tem desencadeado grandes lutas em todo o país e especialmente em Lisboa. Elas resultam não só de problemas escolares e de reivindicações do direito de expressão mas, sobretudo, da crise económica e social que cobre o país, e a que os estudantes das escolas superiores são particularmente sensíveis.

MORTALIDADE INFANTIL E ALCOOLISMO DUAS PRAGAS DA SOCIEDADE CAPITALISTA

13 de Dezembro (NOVAPORT). Segundo as estatísticas oficiais fascistas, registaram-se no ano passado em Portugal e Ilhas Adjacentes 98 688 mortes, dez por cento das quais disseram respeito a crianças de idade inferior a um ano.

Esta taxa de mortalidade infantil elevadíssima é devida ao desprezo do governo fascista pela criação de condições de saúde para as classes trabalhadoras, nomeadamente no que se refere à assistência médica às mulheres grávidas e crianças recém-nascidas. Com efeito, segundo estatísticas oficiais para o ano de 1971, existiam em todo o país apenas 3 maternidades com internamento e mais de 100 camas (o que totalizava 1 413 camas) e o número de internadas foi de 805. Quanto a dispensários e postos materno-infantis sem internamento, contavam-se, no final de 1971, em Portugal e Ilhas Adjacentes, apenas 329.

**

Dizem ainda as estatísticas que o alcoolismo é a terceira causa de mortalidade no nosso país, além de estar na origem de certas afecções cardio-vasculares ou cancerígenas, que constituem os dois maiores factores de morte em Portugal.

Dados recentemente divulgados

por autoridades fascistas afirmam também que entre 400 000 e 500 000 portugueses são alcoólicos e que Portugal se encontra em segundo lugar entre os países que mais vinho consomem por habitante. Segundo a mesma fonte, a média por pessoa atinge 110 litros anuais (este número denota, porém, certa contradição com a média indicada para 1971 pelas estatísticas da lavoura: 79,7 litros anuais). É, de qualquer forma, uma média extremamente elevada e, apesar disso, o governo caetanista nada faz para combater o alcoolismo.

O alcoolismo é uma enfermidade de própria do regime de exploração capitalista. Em vez de se desenvolverem campanhas mostrando os inconvenientes da absorção do álcool, as empresas capitalistas incitam a população a consumi-lo de forma a realizar o máximo de lucros. Em vez de se planificar a economia e produzir-se o que é mais necessário para elevar o bem-estar do povo, o regime capitalista produz o que tem mais saída no mercado. Em vez de dar solução aos problemas económicos, sociais e de livre expressão das classes trabalhadoras, o regime fascista-capitalista acentua a sua exploração, deixa amontoar as questões sociais, limita-lhes os meios de expressão. O álcool e, em especial o vinho, torna-se assim, sob o actual regime, um segundo ópio dos trabalhadores.



ESCREVE PARA :

« O SALTO »

B.P. 95

75 522 PARIS CEDEX 11

Quadro do pintor albanês
Muhamet Deliu

PUTEAUX

Uma batalha perdida mas não a guerra

A EXPERIÊNCIA DA GREVE NA LAVANDARIA

A região parisiense, zona industrial por excelência, é por conseguinte a região onde a emigração está mais implantada. Centenas e centenas de fábricas (e quem diz fábricas, diz patrões e capital, o que em linguagem operária quer dizer exploração) absorvem centenas de milhares de trabalhadores emigrados, mão-de-obra predilecta do patronato. É sobre ela que recaem as maiores injustiças sociais e a exploração em todos os seus aspectos. Desde os trabalhos mais duros aos salários mais baixos, desde as cadências mais elevadas às más condições de alojamento, e passando pelo desprezo, são eles as vítimas incontestáveis.

O começo e desenvolvimento da greve

Sem motivo para tal, o patrão desclassificou um operário francês que era motorista no serviço de entregas. Os delegados do sindicato interessaram-se pelo assunto e contactaram a direcção para que o operário fosse reintegrado. A obstinação do patrão não satis-

nesta empresa, quase inexistente se não ineficaz, pois apenas conta três delegados, recorreu à solidariedade dos trabalhadores emigrantes para fazer recuar uma decisão patronal que afectava injustamente um operário francês.

to estas reivindicações eram justas, é necessário trabalhar lá dentro, em tais condições e sem sequer ser pago ao preço do SMIC. Porque os operários as conhecem e as sofrem, porque eles já estavam fartos e compreenderam que o momento de agir tinha chegado, logo deram o seu acordo para que a acção começasse.

A greve foi então decidida. Uma greve ilimitada, pois eles estavam bem decididos a ir até ao fim. Deve precisar-se que apenas um pequeno número de operários franceses participaram nos primeiros dias de greve e que esta, por conseguinte, era essencialmente a greve dos emigrantes, o que, à partida, era já uma fraqueza,

da emigração em geral, por muita gente ignorados voluntária ou involuntariamente.

Pela primeira vez, do meu conhecimento, os emigrantes desfilaram sós pelas ruas duma vila levando consigo bandeiras e fazendo ouvir as suas reivindicações. Pela primeira vez, os portugueses, mulheres à frente, gritavam: « O patrão pode pagar »; « Queremos mais dinheiro, melhores condições de trabalho »; etc., fazendo parar os passantes e abrir as janelas à sua passagem. Por duas vezes manifestaram assim o seu desejo de vencer. Foi a partir daqui que as coisas se voltaram em desvantagem dos grevistas. Se eles mostraram algo do que pode orgulhar-se a classe operária, a C.G.T. (união local) pensou de outra maneira. Efectivamente, o segundo desfile devia terminar com uma reunião no Encontro Português, para a qual estavam convidados alguns jornalistas, incluindo os de « Agence de Presse Libération ».

Estava decidido que esta reunião serviria para adoptar um plano de ocupação da fábrica, segundo o desejo dos grevistas, caso o patrão não decidisse nada. O responsável C.G.T. não via o problema da mesma maneira e, antes de começar a reunião, disse que se encontravam na sala elementos indesejáveis, referindo-se aos da « Agence de Presse Libération » e convidou-os a sair. A partir daí, não pode haver mais entendimento e, não só saíram eles como saiu também a maioria dos grevistas. Em vez da união foi a desunião total.

No dia seguinte, toda a gente retomou o trabalho a convite da C.G.T. e sem que alguma das reivindicações fosse satisfeita. A pena desses dias de salário, apenas serviu para dar forças ao patrão, embora os trabalhadores emigrantes demonstrassem que são capazes de lutar. Apesar do clima de opressão e as ameaças que reinam na empresa, os trabalhadores não baixaram a cabeça nem cruzaram os braços.

Foram-se distribuindo outros panfletos, mas o moral de alguns baixou, e, ao sexto dia de greve, uma parte dos trabalhadores abandonou a luta. No dia seguinte, mais alguns enfraqueceram e juntaram-se aos que já tinham recomeçado o trabalho, sendo « gratificados » com um aperto de mão e um largo sorriso do patrão que, às cinco horas da manhã, se encontrava à porta de entrada. O número dos que recomeçaram o trabalho atingia mais ou menos trinta, mas a maioria mantinha-se firme à porta com a esperança de uma vitória.

Manuel Francisco.

Foram-se distribuindo outros panfletos, mas o moral de alguns baixou, e, ao sexto dia de greve, uma parte dos trabalhadores abandonou a luta. No dia seguinte, mais alguns enfraqueceram e juntaram-se aos que já tinham recomeçado o trabalho, sendo « gratificados » com um aperto de mão e um largo sorriso do patrão que, às cinco horas da manhã, se encontrava à porta de entrada. O número dos que recomeçaram o trabalho atingia mais ou menos trinta, mas a maioria mantinha-se firme à porta com a esperança de uma vitória.

O nono dia de greve foi o mais importante e também o mais trágico e que ficará gravado por muito tempo na memória daqueles que participaram na greve e assistiram à demonstração de força de vontade que tinham estes grevistas de ir até ao fim.

Eles compreenderam que era preciso levar a greve ao conhecimento dos habitantes de Puteaux, a fim de chamar a atenção para os seus problemas, que são os

LYON

ESTÁ EM FORMAÇÃO A ASSOCIAÇÃO DOS PORTUGUESES DE LYON

O « Grupo para a Formação da Associação de Lyon » distribuiu ultimamente um comunicado aos trabalhadores portugueses daquela região com o seguinte texto:

TRABALHADORES PORTUGUESES

O isolamento dos trabalhadores portugueses na região lyonesa, sem possibilidades de encontro nem sequer de discussão colectiva dos problemas que encontramos enquanto emigrantes tem levado ao agravamento contínuo da nossa situação.

A exploração no trabalho e no bairro é aumentada devido ao desconhecimento que temos das leis e, sem organização, estamos impossibilitados de responder eficazmente às dificuldades impostas em permanência. Com efeito, mesmo se conhecemos as leis é-nos impossível, individualmente, fazer respeitar os nossos direitos.

No entanto não temos sólamente a exploração no trabalho e no alojamento, mas temos também a impossibilidade de nos exprimirmos na nossa língua e de manifestarmos a nossa cultura popular.

Face a esta situação faz-se sentir a necessidade urgente da Associação dos Portugueses Emigrados a fim de que, dentro desta associação se possa realizar a discussão colectiva e se faça ao mesmo tempo a resolução dos nossos problemas.

É porque estamos conscientes desta necessidade que nós, um grupo de trabalhadores portugueses de Lyon, trabalhamos desde há algum tempo na organização duma Associação de trabalhadores portugueses tal como se tem já feito em muitas outras cidades (PARIS, AMSTERDÃO, BERLIM, NANTES, etc.).

Fazemos apelo a todos os trabalhadores portugueses para se juntarem a nós no esforço de engrandecimento da Associação. Só a força colectiva dos trabalhadores organizados numa Associação pode assegurar-lhes a defesa e extensão dos seus direitos e a promoção do povo trabalhador.

O mesmo comunicado dá a conhecer aos trabalhadores portugueses da região as primeiras realizações da Associação em organização:

— O funcionamento de duas permanências sociais, uma em St.Fons e outra em Croix-Rousse.

— A organização duma festa popular que se realizou no dia 31 de Dezembro em Gerland, com baile, canções e outras actividades recreativas.

O jornal O Salto congratula-se com os progressos feitos pelos camaradas de Lyon e envia-lhes uma calorosa saudação, esperando que a Associação dos Trabalhadores Portugueses de Lyon seja em breve uma realidade.

LONDRES

Protesto contra os crimes do fascismo organizado pela liga do Ensino et da Cultura Portuguesa

A Liga do Ensino e da Cultura Portuguesa, associação dos trabalhadores portugueses emigrados, na capital da Inglaterra, reorganizou as suas actividades e procedeu à eleição dos seus corpos gerentes: Direcção, Mesa da Assembleia Geral e Conselho Fiscal.

Reagindo ao assassinato de Ribeiro Santos (ver « O Salto »

n.ºs 13 e 14), um grupo de sócios daquela colectividade levou a cabo uma acção de solidariedade que culminou com a entrega de um abaixo-assinado na embaixada do governo fascista em Londres. Trezentas pessoas assinaram o protesto, reprovando deste modo aquele crime da Pide (baptizada agora DGS) e do governo fascista de Caetano.



Um aspecto do desenrolar da greve

Mas, para além de todo este panorama, são as lutas operárias no seio da emigração que merecem ser citadas para orgulho dos trabalhadores. Um dos aspectos dessa luta é um exemplo que merece alto relevo e admiração é a recente greve dos trabalhadores emigrados numa sucursal da « Blanchisserie de France » em Puteaux.

A maioria dos operários são portugueses, em particular mulheres, marroquinos e alguns argelinos. Levar a cabo uma greve sem a participação dos emigrantes, para fazer valer uma reivindicação, por mais justa que ela fosse, seria impossível. Foi por isso que o único sindicato que há

fazendo esta reivindicação fez sentir a necessidade de agir e para tal era indispensável a participação de todo o pessoal. Através de panfletos e oralmente, todos os operários foram contactados sendo em seguida expostas novas reivindicações perfeitamente justas, a saber: garantia do SMIC (salário mínimo), um aumento de 45 céntimos para todos, aumento do prémio de fim de ano, 15 minutos para a pausa da manhã para comer (« casse-croûte »), redução das cadências, melhores condições de trabalho e a publicação das normas da contabilidade dos salários assim como liberdade sindical.

Para melhor se avaliar de quan-

não estando a classe operária unida, como devia acontecer.

Ao quarto dia de greve o patrão aceitou reintegrar o motorista, mas, no tocante às outras reivindicações, nada queria saber. Aqui a luta tornou-se mais rude e difícil. Esta posição do patrão e a fraqueza do sindicato ameaçavam fazer perder as esperanças dos grevistas. Eles começaram a sentir-se desamparados e, portanto, tornou-se necessária a criação dum Comité de Apoio, do qual faziam parte, além das pessoas mobilizadas pelo Encontro Português de Puteaux, a união local da C.G.T.

Foram-se distribuindo outros panfletos, mas o moral de alguns baixou, e, ao sexto dia de greve, uma parte dos trabalhadores abandonou a luta. No dia seguinte, mais alguns enfraqueceram e juntaram-se aos que já tinham recomeçado o trabalho, sendo « gratificados » com um aperto de mão e um largo sorriso do patrão que, às cinco horas da manhã, se encontrava à porta de entrada. O número dos que recomeçaram o trabalho atingia mais ou menos trinta, mas a maioria mantinha-se firme à porta com a esperança de uma vitória.

Manuel Francisco.

LONDRES

Protesto contra os crimes do fascismo organizado pela liga do Ensino et da Cultura Portuguesa

A Liga do Ensino e da Cultura Portuguesa, associação dos trabalhadores portugueses emigrados, na capital da Inglaterra, reorganizou as suas actividades e procedeu à eleição dos seus corpos gerentes: Direcção, Mesa da Assembleia Geral e Conselho Fiscal.

Reagindo ao assassinato de Ribeiro Santos (ver « O Salto »

NOVAS CONDIÇÕES DE ASSINATURA PARA 12 NÚMEROS	País	normal (a)	de apoio
	Francia	10 F.F.	20 F.F.
	Alemanha	10 Marcos	20 Marcos
	Holanda	10 Florins	20 Florins
	Bélgica	130 F.B.	260 F.B.

a) No caso de pedido de envio em carta fechada, há um acredito de 10 F.F., 10 M., 10 FL, 130 F.B.

BOLETIM DE ASSINATURA

NOME

MORADA

normal

1) Assinatura de 12 numeros _____
de apoio

(riscar o que não interessa)

Com início em « O Salto » nº

POR QUE RAZÃO A BURGUESIA COMEMORA LUÍS DE CAMÕES?

O jornal *Mundo Português*, jornal dos bancos e dos consulados, isto é, daqueles que tentam manter aqui no estrangeiro a influência fascista sobre os trabalhadores emigrados e prolongar a sua exploração, publicou no seu número 8, de Junho de 1972, um editorial intitulado *Dia da Raça, Dia de Camões*, onde espalha um chauvinismo e uma mentalidade colonialista. Esse artigo integrava-se na campanha ultra-reaccionária que fascistas e liberais conduziram à volta do 4.º Centenário da publicação d'*Os Lusíadas*, durante todo o ano de 1972. Tais comemorações serviram de pretexto tanto a uns como a outros para virem de novo agitar a já estafada bandeira das «glórias nacionais» e dos «feitos gloriosos da Raça Portuguesa» (ver o referido artigo do *Mundo Português*). Perante tanto alarido, os trabalhadores perguntam: por que razão os burgueses de Portugal, os patrões que exploraram o operariado e o campesinato da nossa terra e obrigam milhares de trabalhadores a emigrar, os colonialistas que conduzem a criminosa guerra contra os povos de Angola, Guiné e Moçambique, obrigando a juventude do nosso País, a morrer em defesa dos interesses de meia dúzia de tubarões, porque razão comemoram eles Luís de Camões?

Rejeitemos a ideologia feudal de Camões

Luís de Camões foi um grande poeta do Renascimento em Portugal. Nessa altura as ideias do Humanismo estavam em plena batalha som o obscurantismo medieval da Inquisição, com os valores retrógrados do feudalismo. Tendo colhido a experiência de muitas dificuldades e tido como antecessores Gil Vicente e Sá de Miranda, declaradamente anti-feudais e antiabsolutistas, declaradamente anticlericais e defensores dos camponeses, Camões não soube assimilar, no plano das ideias, esses exemplos e tomar a defesa dos explorados. Na realidade, Camões, apesar de certos aspectos progressivos da sua obra, nunca se conseguiu libertar da ideologia feudal. Se do ponto de vista formal Camões ultrapassa qualquer dos poetas quinhentistas, o mesmo se não poderá dizer quanto ao conteúdo (e é este que, em última análise, é determinante).

Não iremos aqui analisar o estilo literário (ou melhor, os estilos literários) de Camões, dada a falta de espaço e sobretudo, de competência; para isso, indiciamos ao leitor a interessante obra *Luís de Camões*, de António José Saraiva, Publicações Europa - América, 1972. Tentaremos, antes, falar da obra de Camões do ponto de vista do seu conteúdo ideológico, do ponto de vista da sua posição em relação à luta de classes da época. Consideramos que só uma tal análise permitirá compreender por que motivo hoje a burguesia se serve de Camões, só assim se poderá determinar aquilo que é progressista em Camões e aquilo que, em contrapartida, na sua obra puxa para trás. Não pretendemos, claro está, esgotar o tema, mas apenas dar os tópicos que consideramos principais.

Camões viveu esmagado entre dois mundos: dum lado, a reac-

ção feudal, a tradição aristocrática e guerreira que desprezava o povo tanto quanto o explorava, que se julgava «superior» odiava o trabalho manual, sonhava com os amores palacianos e com as batalhas expansionistas; doutro lado, o capitalismo nascente, o humanismo renascentista, o respeito pelo homem e pela ciência, o desejo de igualdade social, de comérico e relações entre os povos, do amor sem entraves de castre. Mas Camões é fidalgo, é nobre, é feudal, se bem que à beira da expulsão dessa classe, se bem que atirado para o campo dos desprivilegiados pela diferenciação de classe dentro da nobreza. E essa condição de nobre prende-o ao velho mundo, apesar das incursões que por vezes fez no novo. Camões debate-se entre a nobreza e o povo. Porém, e essa é a sua grande desgraça, Camões não se liberta da nobreza, não se passa para o lado do povo. Camões fica no campo da reacção.

Como consequência, o que caracteriza a obra principal de Camões é ela cantar o ideal guerreiro da nobreza feudal, o expansionismo colonialista dos reis de Portugal, as batalhas e as guerras em que esses representantes dos exploradores arrastaram durante séculos os trabalhadores e o povo português. E é por isso mesmo que hoje, empenhada em manter o seu sistema colonial, empenhada em abafar a luta de libertação dos povos das colónias, a burguesia portuguesa tanto exalta Camões.

A burguesia grita: «Dia de Camões, dia da Raça». Isso é natural, pois Camões exaltou a luta contra os povos do Norte de África e os colonialistas pretendem precisamente incutir uma mentalidade racista e colonialista no povo português.

Ora, os trabalhadores não são racistas, eles são pela igualdade de todos os povos, eles são pela igualdade de todos os trabalhadores, independentemente da nacionalidade, da raça ou do sexo. Mais: eles são pela aliança internacionalista de todos os trabalhadores do mundo na luta pela sua emancipação dos grilhões do imperialismo, da exploração do homem pelo homem e da sociedade de classes. Por isso, eles rejeitam esse aspecto reaccionário da obra de Luís de Camões. Em cultura, o que serve os exploradores não serve os explorados.

Assimilemos a herança humanista de Camões

Ao mesmo tempo que rejeitam a ideologia feudal de Camões, a sua exaltação das «armas e dos barões» da nobreza, os trabalhadores não põem de lado, pura e simplesmente, toda a obra de Camões. Porque Camões é também, em certos passos, um humanista; não consequente, é certo, mas de qualquer modo um cantor de novos valores, um defensor de novos horizontes, mais próximos da realidade e dos homens que os valores obscurantistas e tacanhos da sociedade feudal em decomposição.

Nas passagens que apontam em direcção do mundo novo, Camões condena os reis «cujo estudo / é faltar esta sede cobiçosa / de querer dominar e mandar tudo /

com fama larga e pompa sumptuosa»; condena os nobres «que tomam por escudo / de seus vícios e vida vergonhosa / a nobreza dos seus antecessores, / e não cuidam de si que são piores»; condena os favoritos, que «se mantêm desta aura falsa, incerta, / que de corações tantos é senhora»; e os mercadores «... que estão co'a boca aberta / por se encher de tesouros de hora em hora / doentes desta falsa hidropisia / que quanto mais alcança mais queria».

Camões condena, num passo d'*Os Lusíadas*, a «glória de mandar» e a «vã cobiça»: «Ó glória de mandar! ó vã cobiça / desta vaidade a que chamamos fama! / O fraudulento gosto que se atiça /

C'uma aura popular que honra se chama! / ... Chamam-te ilustre, chamam-te subida / sendo digna de infames vitupérios, / chamam-te Fama e Glória soberana, / nomes com que se o povo nêscio engana!»

Noutro passo, Camões indica que não cantará «quem ao bem comum... / antepuser seu próprio interesse», nem «quem com hábito honesto e grave veio / por contentar o rei no ofício novo / a despir e roubar o pobre povo.» «Nem quem acha que é justo e que é direito / guardar-se a lei do rei severamente / e não acha que é justo e bom respeito / que se pague o suor da servil gente. / Nem quem sempre, com pouco experto peito, / razões aprende (e

cuida que é prudente) / para tacchar com mão rapace e escassa / os trabalhos alheios que não passa.»

Olhando em seu redor, Camões «vê do mundo todo os principais / que nenhum no bem público imagina, / vê neles que não têm amor a mais / que a si sómente»; e «Vê aqueles que devem à pobreza / amor divino e ao povo caridade / amam sómente mandos e riqueza / simulando justiça e integridade. / Da feia tirania e da aspereza / fazem direito e vã severidade: / Leis em favor do rei se estabelecem, / as em favor do povo, só, perecem.» E diz aos seus contemporâneos: «dai na paz leis iguais, constantes, / que aos grandes não dêem o dos pequenos.»

Camões condena «desconerto do mundo» de que ele próprio se sente vítima: «Os bons vi sempre passar / no mundo graves tormentos, / e, para mais me espantar, / os maus vi sempre nadar / em mar de contentamentos.» Referindo-se à Índia, onde aventureiros sem escrúpulos faziam rápida fortuna, Camões diz que «a terra é mãe de vilões ruins e madrasta de homens honrados». E, referindo à sociedade em que vivia: «cá onde o mal se afina, o bem se dana / e pode mais que a honra a tirania, / cá onde a errada e cega monarquia / cuida que um nome vão a Deus engana; / cá neste labirinto onde a nobreza / com esforço e saber pedindo vão / à portas da cobiça e da vileza; / cá neste escuro caos de confusão cumprindo o curso estou da Natureza»...

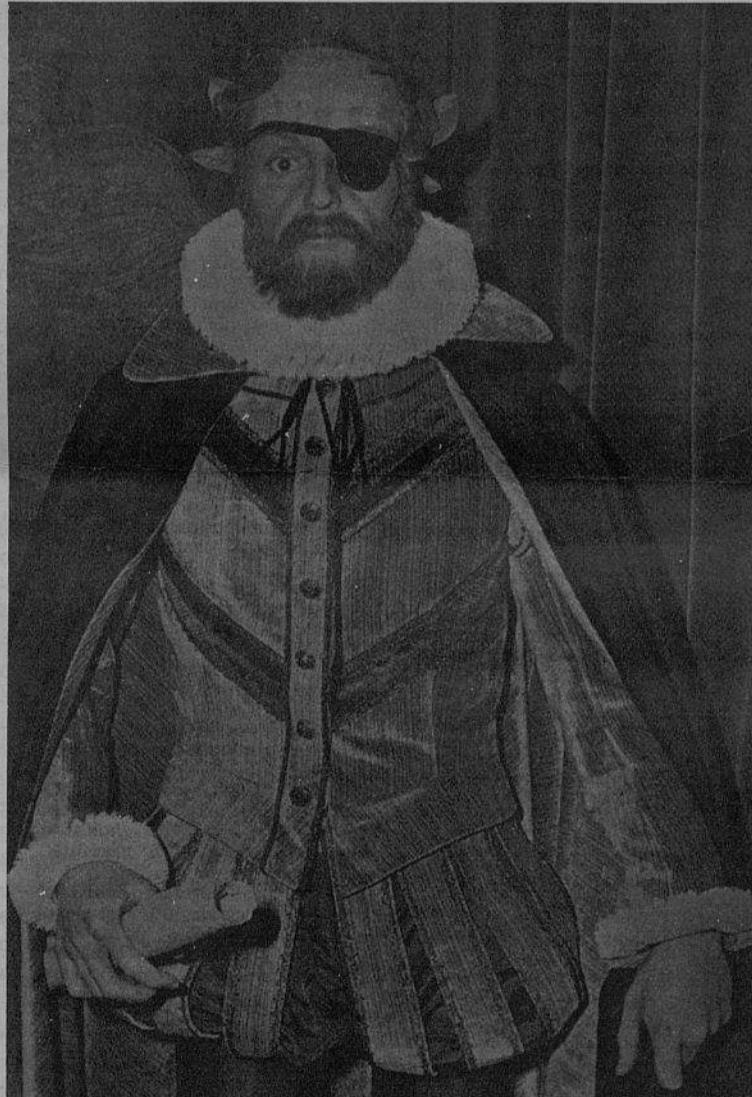
E Camões pede castigo para «os ruins filhos de Adão / Aqueles que tintos vão / no pobre sangue inocente / cobertos c' o poder vão: / arrasai-os igualmente, / conhecem que humanos são.»

Paralelamente a estas posições progressistas no terreno social e político (quase as únicas em tão vasta obra, mas nem por isso menos desprezáveis dada a força com que as fez), Luís de Camões mostrou-se, em certos passos da sua obra, exaltador da dignidade do homem, da vitória do homem sobre a natureza; noutros, defende posições declaradamente contrárias aos preconceitos religiosos e morais da escolástica, não havendo para ele entraves para a ação dos homens. É assim que, para ele, não há o pecado original dos católicos, não há os entraves feudais ao amor sexual, a razão humana é símbolo de liberdade humana e os homens serão um dia recompensados na sua luta contra a natureza, isto é, tornar-se-ão todo-poderosos como os deuses.

Tal é a herança humanista de Luís de Camões, que cabe à cultura popular, à cultura dos trabalhadores portugueses reter, enquanto se rejeita nele os aspectos reaccionários. Essa herança só o povo a pode reter, dado que hoje a burguesia está na sua fase decadente e se opõe a tudo quanto há de progressista na cultura do passado. Ela tenta esconder aos trabalhadores essa herança e apresentar apenas os aspectos chauvinistas e racistas de Camões.

A herança humanista de Camões só pode ser retida pelos trabalhadores e é silenciada pela burguesia, porque, em última análise, em cultura, o que serve os explorados não serve os exploradores.

Quem foi Luis de Camões?



Luis Vaz de Camões nasceu em 1524 ou 1525, provavelmente, em Lisboa. Pertencia a uma família da baixa nobreza que se arruinara. Não foi um trabalhador. Numa sociedade de nobreza, clero e povo, Camões pertencia à nobreza, isto é, a uma das classes exploradoras, mas à suas camadas inferiores.

Recebeu uma instrução escolar razoável para a época. Calcula-se que tenha frequentado o curso de Artes em Coimbra. Em moço frequentou os centros aristocráticos e talvez mesmo o Paço Real. Misturou-se na vida boêmia sem regra de Lisboa. Envolveu-se frequentemente em brigas nocturnas entre bandos de fidalgos arruaceiros e com mulheres de «vida fácil» do Bairro Alto.

Fidalgo pobre e desprotegido, manteve-se afastado dos meios letados e enveredou pela carreira das armas. Combateu em Marrocos, onde perdeu um olho em combate. Em 1552, numa rixa, feriu um funcionário do Paço, o que o levou à cadeia. Em Março de

1553 saiu perdoado mas com a pena de obrigação de embarcar para a Índia.

No Oriente, teve uma estadia accidentada. Esteve em Goa, Ternate e Macau. Na costa da Cochinchina naufragou, perdendo a companheira chinesa e os haveres, e salvando-se a nado com o manuscrito d'*Os Lusíadas*. Em Goa esteve preso por dívidas. Em 1567 vai para Moçambique, onde chega a viver de esmolas. Em 1569 um grupo de amigos cotizava entre si, paga-lhe as dívidas e a viagem para Lisboa.

Chega a Lisboa nesse ano e edita *Os Lusíadas* em 1572, com o que ganha rápida celebridade, mas nem por isso vida mais desafogada. Consegue uma pensão trienal, modesta e paga irregularmente, com a qual tem que sustentar-se a si e à mãe.

Os últimos anos da vida de Camões foram de miséria. O seu enterro (1579 ou 1580) teve de ser feito a expensas de uma instituição de beneficência.

CAI A MÁSCARA

AOS JORNais DOS BANCOS

Em notícia datada de 13 de Dezembro, a Agência Noticiosa Popular de Portugal (NOVAPORT), dava a conhecer duas circulares secretas enviadas pelos serviços de informação e propaganda fascistas aos seus representantes no estrangeiro: Embaixadas, Consulados, Casas de Portugal, etc.

Uma delas provém dos « Serviços de Informação » do Ministério dos Negócios Estrangeiros, sendo assinada pelo seu director e datada de 25 de Outubro de 1972, é a que nos interessa mais analisar pois ela é a prova evidente daquilo que O Salto tem dito desde sempre dos jornais dos bancos e outras companhias que existem na emigração.

Vejamos o que diz a dita circular:

« Atendendo à necessidade de elaborar durante o próximo ano — em conjunto com o Secretariado Nacional da Emigração e a Secretaria de Estado de Informação e Turismo — uma eventual política de subsídios aos jornais de emigrantes que ofereçam idoneidade e competência profissional, muito agradecia a V. Ex.^a se dignasse enviar a esta Secretaria de Estado até ao dia 2 de Dezembro próximo, e de forma sucinta, os seguintes elementos de informação :

« N.^o 1 — Quais jornais de emigrantes, ou a eles destinados, se publicam na área dessa missão ?

« N.^o 2 — Qual a tendência política, relativamente a Portugal, desses jornais e seus respectivos directores ?

« N.^o 3 — Qual a audiência, ou penetração, dessas publicações junto dos meios de nacionais afiliados ?

« N.^o 4 — Na eventualidade de se considerar oportuna a concessão de um subsídio, qual o jornal (ou jornais) que essa Missão considera susceptível de se incluir em tal lista e qual a melhor forma de se proceder a essa ajuda ? (directa, indireta, etc.)

« A bem da Nação. »

Podíamos dizer que a circular fala por si e que as suas intenções são demasiado claras.

O governo fascista, que cada vez mais se afunda e cujo apoio na emigração através dos seus centros e jornais é cada vez mais pequeno, tenta remodelar e intensificar a sua propaganda junto dos trabalhadores portugueses emigrados. A par de tudo isto, e como nós sabemos, o governo lança na emigração uma série de bufos e provocadores, agentes da DGS (ex-PIDE), que tenta infiltrar nas organizações de trabalhadores, como faz em Portugal, no sentido de acentuar a sua repressão sobre o povo.

Assim, esta circular vem no sentido de dar subsídios a « jornais de emigrantes que ofereçam garantias de idoneidade e competência profissional ». E quem são eles ? O Mundo Português, Portugal Popular, O Emigrante, a Voz do Emigrante, etc., conhecidos de longa data pelo seu apoio à política de exploração e repressão do povo português, pela sua rapina junto dos emigrantes, pela sua publicidade a todas as instituições que movem ou colaboram directamente na espoliação e no obscurantismo a que o povo trabalhador emigrado esteve e está sujeito. Como é evidente, esta política de subsídios já não é de

hoje, pois isto faz parte do carácter do governo fascista mas dito por eles tem outro valor ! Note-se que o Ministério dos Negócios Estrangeiros põe a hipótese de poder ser um subsídio indireto. E isto porquê e como ? Primeiro, porque eles pretendem enganar os trabalhadores emigrados, fazendo-o através de anúncios de determinadas companhias ou, então, secretamente, através de envios de dinheiro para uma conta bancária qualquer, ou ainda por intermédio de outras artimanhas que já conhecem há muito.

A outra circular vem da Secretaria de Estado da Informação e Turismo, é assinada pelo Director-Geral da Informação e diz o seguinte :

« CREDENCIAL »

« INFORVISUAL — Agência Central de Promoção Audio-Visual, foi criada no dia 1 de Setembro de 1972, com o acordo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Ministério do Ultramar e Secretaria de Estado da Informação e Turismo.

« A criação e funcionamento da Agência foi objecto de um protocolo inter-ministerial seguido de um contrato celebrado entre a Direcção Geral da Informação da SECRETARIA DE ESTADO DA INFORMAÇÃO E TURISMO e a INFORVISUAL — Agência Central de Promoção Audio-Visual.

« A Direcção Geral da Informação foi incumbida de assegurar a supervisão das actividades da INFORVISUAL, a qual tem como objectivos principais :

« a) Centralização das actividades de carácter comercial ou não comercial, produzido ou realizado por qualquer produtor que lhe seja indicado ;

« b) Viagens de prospecção para a procura de novos mercados de difusão e estudo de novos suportes audio-visuais ;

« c) Contacto permanente com as Casas de Portugal, e outras delegações da Secretaria de Estado da Informação e Turismo, Embaixadas e outros Organismos Portugueses no estrangeiro, para dinamizar a distribuição ;

« d) Entrega trimestral de um relatório sobre a situação da Distribuição, pedidos a satisfazer, e novos mercados a conquistar ;

« e) Publicação de um relatório anual de distribuição efectuada e sua análise ;

« f) Estudo para estimular a promoção audio-visual nas representações diplomáticas e consulares portuguesas no mundo ;

A NOVA REGULAMENTAÇÃO PARA A EMIGRAÇÃO

O Grupo de Informação Sobre os Trabalhadores Emigrantes (GISTI), formado por advogados, juízes, assistentes sociais, outros membros de profissões liberais e diversas pessoas, realizou, no passado dia 19 de Dezembro, em Paris, uma conferência-debate sobre a nova regulamentação para a emigração — a circular Fontanet.

O Grupo de Informação, analisou sucintamente a nova lei e denunciou a arbitrariedade a que estão sujeitos os trabalhadores emigrados. Depois de se referir na

« g) Estudos, por países, dos métodos de acção dos adversários da política portuguesa com propostas e soluções para combater aquela acção, tendo em conta as especiais características de cada país e de cada povo ;

« h) Edição trimestral de um Boletim de Informação destinado a estimular a distribuição e a informar todas as representações portuguesas no mundo sobre aquela distribuição, suas perspectivas e material disponível ;

« i) Criação na Agência, de departamentos encarregados das zonas de expressão francesa, inglesa, alemã e outras ;

« j) Para além do que fica referido nas alíneas anteriores e tendo em vista a realização dos fins nelas previstos, à INFORVISUAL caberá ainda adquirir cópias de filmes para distribuição, elaborar novas versões e montagens especiais dos filmes existentes e, bem assim, estabelecer novos contratos de distribuição nos países em que irá desenvolver as suas actividades. »

ATENÇÃO TRABALHADORES

EMIGRADOS !

A crescente força do movimento popular e antifascista, tanto em Portugal como na emigração, põe continuamente o governo caetano em sérias dificuldades. O aparecimento de clubes e associações de trabalhadores na emigração, o seu desenvolvimento e apoio nas massas emigradas, o reforço do Movimento dos Trabalhadores Portugueses Emigrados, a sua luta quotidiana contra os centros e associações dos Bancos e Consulados, antidemocráticas e defensoras dos exploradores, tem levado à desagregação e ao desprestígio constantes desses agentes do fascismo na Emigração.

O jornal O Salto, que se publica desde há dois anos e tem desmascarado todos estes jornais dos bancos, assim como tem combatido os centros e associações fascistas e lutado pelo reforço dos laços de amizade entre as diferentes associações independentes dos bancos e consulados, e defendido os interesses dos trabalhadores portugueses emigrados, tanto culturais como sociais, tem hoje uma difusão e aceitação nas massas emigradas, capaz de fazer frente a esta ameaça à imprensa democrática e antifascista na emigração.

Atenção, trabalhadores portugueses, cerremos fileiras contra mais este atentado do governo fascista !

Um trabalhador prevenido vale por dois

AS « CITES DE TRANSIT » (ALOJAMENTOS PROVISÓRIOS)

As « Cites de Transit » são aglomerados de habitações destinados ao alojamento « provisório » de famílias expulsas dos bairros da lata. Essas « Cites » existem em França há já cerca de dez anos, tendo, muitas delas, sido construídas pela SONACOTRA.

Os princípios que devem reger as « Cites de Transit » foram definidos pelo governo francês em circular de 19 de Abril de 1972, publicada a 25 de Setembro passado no « Jornal Oficial » (correspondente ao « Diário do Governo em Portugal).

Com a destruição dos grandes bairros de lata, são cada vez mais numerosas as famílias portuguesas que habitam nas « Cites de Transit ». Na maioria dos casos, essas famílias não conhecem nem



As barracas da « Cité de Transit » de Pierrefitte onde foram realojadas algumas das famílias que habitavam o bairro da lata de St.Denis.

os seus direitos nem como se podem defender das arbitrariedades da burguesia.

O que são as « Cites de Transit » ?

A circular acima citada afirma que as « Cites de Transit » foram criadas para « realojar as populações vindas de habitações insalubres », mas que a entrada numa dessas « cités » deve ser estritamente reservada às famílias para as quais uma habitação definitiva poria problemas de adaptação importantes ». Digamos as coisas claramente: segundo a lei, só deveriam habitar nas « Cites de Transit » as famílias que não estivessem « preparadas » para ir habitar numa casa decente.

Se tomarmos como exemplo o que se passou com as famílias expulsas do bairro da lata de St.Denis, vemos bem que, na realidade, não foi uma minoria de famílias que habitavam no bairro da lata que se foram alojar nas « Cites de Transit » de Pierrefitte, Villetaneuse, Danielle Casanova e Villemomble, mas sim a esmagadora maioria. E se algumas delas foram parar a uma « Cité de Transit » foi porque recusaram os alojamentos que lhes eram propostos a vários quilómetros de distância do seu trabalho. Frente à determinação dos habitantes do bairro da lata de St.Denis na sua justa reivindicação de um alojamento em St.Denis, a burguesia, através da Sonacotra, alojou-os em « Cites de Transit » por não estar interessada em construir habitações para emigrantes em regiões onde os terrenos valem muito dinheiro.

Se tomarmos como exemplo o que se passou com as famílias expulsas do bairro da lata de St.Denis, vemos bem que, na realidade, não foi uma minoria de famílias que habitavam no bairro da lata que se foram alojar nas « Cites de Transit » de Pierrefitte, Villetaneuse, Danielle Casanova e Villemomble, mas sim a esmagadora maioria. E se algumas delas foram parar a uma « Cité de Transit » foi porque recusaram os alojamentos que lhes eram propostos a vários quilómetros de distância do seu trabalho. Frente à determinação dos habitantes do bairro da lata de St.Denis na sua justa reivindicação de um alojamento em St.Denis, a burguesia, através da Sonacotra, alojou-os em « Cites de Transit » por não estar interessada em construir habitações para emigrantes em regiões onde os terrenos valem muito dinheiro.

O contrato de aluguer

As famílias portuguesas que aceitam ir para uma « Cité de Transit » assinam um contrato de aluguer longo e complicado (o da Sonacotra é constituído por 8 páginas). A maioria das vezes, os trabalhadores portugueses assinam esse contrato sem mesmo o terem compreendido. A finalidade principal dos artigos do referido contrato é tentar obrigar a família que o assinou a aceitar o alojamento que lhe venha a ser proposto, mesmo que não seja do seu agrado. Segundo a circular do governo francês a que já nos referimos, não existem contratos por tempo determinado como acontece para as outras habitações. Segundo a mesma circular o termo do contrato pode chegar, por exemplo, com a oferta dum outro alojamento. Isto apesar da mesma « Circular » dizer que as famílias devem viver numa « Cité de Transit » pelo menos dois anos. No entanto os Contratos da Sonacotra

tra, ou das associações que gerem as « Cites de Transit » vão por vezes muito mais longe no seu desejo de impedir qualquer resistência à expulsão ou à não aceitação do alojamento definitivo proposto. Por vezes, esses contratos incluem artigos ilegais.

A expulsão

O Contrato da Sonacotra para a « Cité de Transit » de Villemomble, assinado pelas famílias portuguesas e argelinas que ali habitam, diz no artigo 6 que, se a família não pagar o aluguer dum mês, ou desrespeita outro artigo do Contrato, a Sonacotra fará um aviso e que, se após 7 dias a falta se mantiver, a « Sonacotra procederá imediatamente à expulsão do inquilino em falta com o auxílio da polícia ».

Ora, os habitantes das « Cites de Transit » devem saber que, segundo a circular e a lei, eles só podem ser expulsos nestas condições :

1. Não podem ser expulsos em caso nenhum, sem que, anteriormente, tenha havido um julgamento e que tenham recebido um aviso para se apresentarem no tribunal.

2. Antes de serem expulsos terão que ter recebido em casa o papel do Tribunal dizendo que têm que abandonar os locais até certa data.

3. A polícia para os expulsar necessita de uma autorização do Prefeito.

4. A circular diz que a recusa de aceitar um alojamento não significa a expulsão imediata, mas que nesse caso o que deve haver é um aumento de aluguer.

5. A circular diz que os ocupantes devem receber « um alojamen-

(Continua na pág. 2.)

António José Saraiva no Júri Literário

(Continuação da pág. 7)

movimento os propagandistas incansáveis da cultura popular, mas nem por isso abandonarmos ao fascismo os que ainda não assimilaram os princípios de uma cultura que defende os interesses dos trabalhadores.

Os Jogos Florais devem ser a manifestação das actividades culturais das associações de trabalhadores e das largas massas emigradas; e devem ser a consagração dos defensores da cultura popular. Isto o determinou claramente a 1.ª RIA.

OS JOGOS FLORAIS E OS INTELECTUAIS

Os Jogos Florais, ao contrário do que diz F.C., devem também ser uma possibilidade «para os intelectuais entrarem em contacto com as massas» mesmo para alguns daqueles que, como A.J.S., não defendem a cultura popular.

É que a tarefa de um jornal como *O Salto* não é só educar os trabalhadores mas também aqueles intelectuais que sinceramente se querem ligar às massas populares, criticando as ideias erradas que predominam entre eles. É normal, e não é de admirar que os intelectuais portugueses não defendam a cultura popular. Até hoje a classe operária portuguesa não pôde, porque dominada pelo oportunismo dos intelectuais reformistas, combater as ideias erradas que reinam entre os intelectuais progressistas e isolar os intelectuais reaccionários.

António José Saraiva no Júri Literário

Os Jogos Florais devem ser a consagração da cultura popular. Mas uma obra de cultura popular não pode ser um simples panfleto. Ela deve aliar a um conteúdo que defenda os interesses dos trabalhadores uma forma artística o mais bela possível. Não basta dizer «Abaixo o fascismo!». É preciso fazer dessa palavra de ordem uma obra de arte, isto é, dar-lhe uma forma que galvanize as massas.

Isto foi claramente indicado pela 1.ª RIA, quando votou por unanimidade o Artigo 5 do Regulamento dos Jogos Florais que indica, na alínea 1, que o Prémio «União dos Trabalhadores Portugueses Emigrados» deve ser atribuído «à obra ou às obras literárias ou artísticas que, em cada modalidade, tanto pelo seu conteúdo como pela sua forma, mais estiverem dentro do espírito da U.T.P.E.»

A.J.S. e os restantes membros do júri literário, quando aceitaram fazer parte do mesmo, estavam ao corrente deste Regulamento que aceitaram e à base do qual terão que julgar. Por outro lado, com os seus profundos conhecimentos da literatura portuguesa, será uma garantia do valor artístico das obras premiadas. Obras de A.J.S. como *Fernão Lopes* e *Luís de Camões* são a prova clara do valor das suas análises.

«O Salto» e A.J.S.

Os Jogos Florais não são *O Salto*, como dá a entender F.C. Eles são organizados pelo M.T.P.E., movimento associativo que regrupa indivíduos de concepções ideológicas diferentes, na base da rejeição de colaboração com a política do governo fascista.

O Salto, pelo seu lado, tem uma orientação precisa sobre a cultura popular, que corresponde ao triunfo das concepções culturais proletárias no movimento associativo.

Este triunfo não exclui, evidentemente, que outras correntes ideológicas continuem a existir no movimento associativo e a manifestarem-se nas suas realizações.

A posição que *O Salto* defende sobre a cultura popular é incompatível com a que A.J.S., exprimiu na sua entrevista. A.J.S. só poderia ser redactor do *O Salto* se estivesse de acordo com essa concepção, ou aceitasse submeter-se à crítica da redacção. Isto não é novidade para ninguém, e que o diga Silva Marques. *O Salto* não é um jornal eclético, que numa página defende as massas populares e noutra a burguesia. Esta nossa posição de princípio, não nos impede de, por vezes, entrevistar indivíduos, com cujas posições não nos identificamos completamente, se considerarmos importante dar a conhecer as suas tomadas de posição.

Desse modo, entrevistamos A.J.S., sem que nos identificássemos com as suas posições, o que aliás indicamos na introdução à entrevista. É que A.J.S., além da importância que representa a sua presença no júri literário, veio com a sua tomada de posição alargar os primeiros Jogos Florais Portugueses na Emigração a outras camadas além daquelas que o M.T.P.E. já mobilizava.

**

António José Saraiva e a Cultura Popular

1. Hâ ou não Cultura Popular?

A.J.S. afirma que «não há uma 'cultura popular' e outra 'não popular'. Há só uma cultura em que todos participam, mais ou menos.» E mais adiante: «Não há (...) uma cultura especificamente popular separada dum a cultura burguesa. O que há é o problema da participação do povo na cultura.»

Como se vê, A.J.S. nega a existência da cultura popular. Mais: ele nega a existência de cultura de classe, isto é, nega o carácter de classe da cultura. Para ele «só há uma cultura».

Uma tal posição conduz, objectivamente, a baralhar as cabeças dos trabalhadores fazendo com que estes ignorem a cultura popular e aceitem a cultura burguesa. Porque há uma cultura burguesa e uma cultura popular, quer A.J.S. queira ou não. A burguesia (isto é, os capitalistas e os proprietários rurais) tem a sua cultura e o povo (isto é, os operários, os camponeses e outros trabalhadores, nas presentes condições históricas) tem a sua. Porque a cultura não paira acima das classes, não é indiferente às classes. A cultura, como superestrutura, é sempre de classe — enquanto existirem classes, bem entendido. É certo que, quanto à forma, quanto à língua, a cultura é nacional. Porém, quanto ao conteúdo — e é conteúdo que a define — a cultura é de classe. Gostaríamos de recordar que Lénine sempre reconheceu a existência de duas culturas em regime capitalista, a burguesa e a proletária, e que, para ele, a palavra de ordem de cultura nacional, sob o capitalismo, é uma palavra de ordem nacionalista. Gostaríamos igualmente de recordar as seguintes palavras de J.V. Stáline: «Nas primeiras etapas do capitalismo, pode-se ainda falar da 'comunidade cultural' do proletariado e da burguesia. Mas com o desenvolvimento da grande indústria e o agravamento da luta de classes, a 'comunidade' começa a derreter-se. Não se poderia falar séria-

mente da 'comunidade cultural' dum a nação quando os patrões e os operários dum só e mesma nação deixam de se compreender mutuamente.» (1)

Valerá a pena dar exemplos? Um historiador da literatura portuguesa como A.J.S. (cujos trabalhos marcam época na historiografia da literatura portuguesa) desconhecerá as diferenças de conteúdo, a diferença do carácter de classe que existe entre as obras dum Pereira Gomes e dum Alves Redol, por exemplo, e a obra dum Urbano Tavares Rodrigues? Não será fácil de ver que, enquanto os primeiros escreveram obras sobre os trabalhadores e para os trabalhadores, o último é um escritor típico da burguesia liberal? E não será fácil determinar o carácter de classe da poesia dum Pedro Homem de Melo ou dos romances dum Vitorino Nemésio? E, a nível internacional, não haverá diferenças de classe entre os romances dum Máximo Gorki e os de Henry Miller? E, mesmo, entre os «Subterrâneos da Liberdade» e «Gabriela, Cravo e Canela», isto é, entre o Jorge Amado antes e depois de se vender à burguesia?

Note-se que é preciso, ao mesmo tempo, combater aquilo que a burguesia tenta fazer passar como «cultura popular», isto é, o faduncho, a música «pop», o folclore falsificado do SNI na televisão fascista, etc., etc. Mas isso não significa que a cultura popular, a autêntica cultura popular, não exista objectivamente. Ela é a cultura que defende os interesses dos operários e dos camponeses, em oposição à cultura burguesa, que defende os interesses dos capitalistas e dos proprietários rurais.

Também é preciso notar que a cultura popular deve assimilar aquilo que de positivo, de revolucionário e progressista, as culturas doutras classes produziram no passado (inclusivé a cultura da burguesia que, na sua fase ascendente, revolucionária, em que combatia o feudalismo, produziu obras de valor — parte integrante da cultura popular, pois, nessa altura, a burguesia fazia parte do povo, ainda não se divorciara do povo). A.J.S. não vê que, paralelamente a esta assimilação dos elementos positivos da cultura do passado — e é aqui que se pode dizer que há uma participação do povo na cultura... burguesa —, há também a criação dum nova cultura, popular, operária e camponesa, antiburguesa.

2. Hâ ou não cultura de massa?

Em seguida, A.J.S. afirma: «A cultura nunca é de massa, é sempre uma cultura pessoal, de cada um, e a participação é sempre uma participação pessoal de cada um na cultura.» Mais uma vez, A.J.S. vê o problema, agora o do carácter massivo ou pessoal da cultura, do ângulo do intelectual que assimilou «a cultura», individualmente, nas universidades ou nas bibliotecas da burguesia, isolado das massas populares e divorciado delas... que não «participam» na «cultura».

Na realidade, o contrário do que A.J.S. diz é que é verdade: a cultura é sempre de massa. Mesmo a cultura burguesa de conteúdo individualista é uma cultura de massa (de classe). Conceder-se-á a cultura (burguesa ou popular, não interessa) fora da so-

ciedade? Mesmo o intelectual burguês, ao produzir a obra mais decadente e individualista, está a produzir cultura de massa: pela sua origem — é produto dum grupo social; pelo seu destino — destina-se a ser utilizada por um grupo social. Em última análise, a cultura é sempre um produto das massas e para as massas. Há, porém, massas de burgueses e massas de trabalhadores...

A.J.S. confunde a forma pela qual, na sociedade burguesa, se «participa» na cultura de cada classe, com o próprio carácter da cultura de classe. Porém, a cultura em si, independentemente da forma como é adquirida por cada intelectual, é uma cultura de massa, feita pelas massas (pelos classes) ao longo da história. O próprio intelectual, enquanto homem e enquanto intelectual, é um produto da sociedade, das massas.

Além disso, A.J.S. não tem em conta a cultura nos países socialistas. Aí, especialmente na República Popular da China que já alcançou a etapa da Revolução Cultural Proletária, (o que acontecia também na U.R.S.S. socialista, isto é, anterior a 1956) a cultura é de massa igualmente na forma como é adquirida. Aí as vastas massas populares têm acesso à cultura socialista e criam a cultura socialista. Aí a barreira entre o intelectual e o trabalhador apaga-se progressivamente.

3. Hâ ou não há uma crítica popular da Cultura?

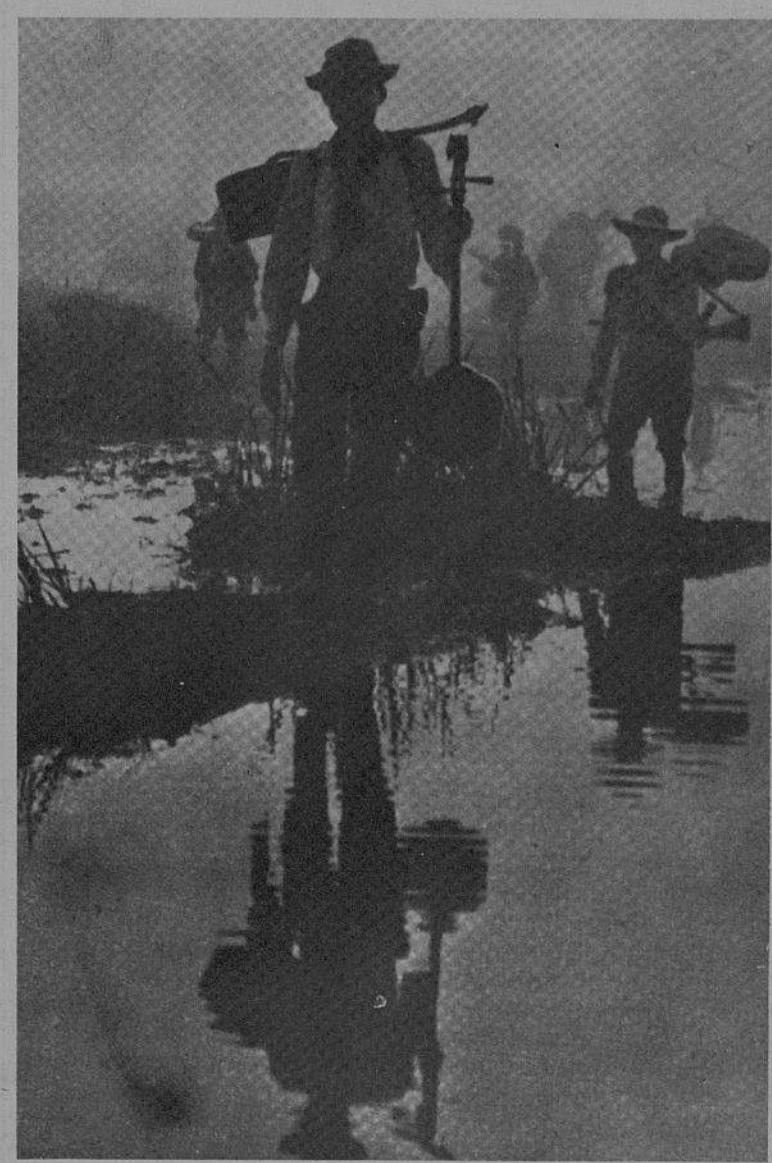
Finalmente, A.J.S. afirma que «quando se trata de literatura ou de arte, os textos devem ser considerados do ponto de vista literário e artístico». Pergunta-se: o que será o «ponto de vista literário e artístico»? Será que não há um ponto de vista literário e artístico da burguesia e outro do povo? Será que não há um critério de classe na crítica literária

e artística? Convenhamos que o «ponto de vista literário e artístico» sem carácter de classe, de que nos fala A.J.S., é o ponto de vista dominante, o ponto de vista burguês, em crítica de arte e literatura.

Diz-nos A.J.S.: «Todo o artista quando é grande é revolucionário...» E a seguir: «O artista é revolucionário mesmo quando, aparentemente, as suas palavras o não são.» Quer dizer que basta ser «grande» artista do «ponto de vista artístico» (isto é, formista burguês) para se ser «revolucionário», «mesmo quando... as suas palavras o não são». Camões foi um «grande» poeta, logo foi um revolucionário... mesmo que tenha cantado o expansionismo colonialista o imperialismo mercantilista dos portugueses, a «epopeia» dos negreiros e dos corsários lusíadas? Camilo Castelo Branco foi um «grande» novelista, logo foi um revolucionário... mesmo que as suas novelas nos contem os «dramas» amorosos da burguesia e ele, pessoalmente, tenha combatido as insurreições populares da Patuleia, integrado numa guerrilha miguelista, e tenha colaborado na imprensa absolutista e clerical? Mas que critério de crítica literária e artística é este, A.J.S.?

Tal como a cultura em geral, também a crítica literária e artística deve ser colocada ao serviço do povo, ao serviço das amplas massas trabalhadoras em luta pela sua emancipação. Criticar as obras literárias e artísticas dum ponto de vista popular, exigir que elas possuam um conteúdo revolucionário aliado a uma forma perfeita, tal é a função do crítico, se ele pretende realmente servir o povo. Estamos certos de que António José Saraiva poderá ajudar imenso os trabalhadores nesse terreno, mas para isso precisa de revolucionar a sua concepção da cultura e das relações desta com a luta de classes.

José Páscoa.



(1) J.V. Stáline: «O Marxismo e a Questão Nacional», pp. 60-61, Edições «Naim Frasher», Tirana, 1968. Ed. francesa.

PREPARANDO OS JOGOS FLORAIS

NÓS PARTICIPAMOS
NOS I JOGOS
FLORAIS

Com a aproximação dos I Jogos Florais na emigração, organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Portugueses Emigrados, o jornal O Salto inicia a partir deste número uma nova rubrica dentro desta página, que terá a designação: « Nós Participamos nos Jogos Florais ».

Ela destina-se a dar a conhecer aos nossos leitores, quem são, o que pensam e como preparam a sua participação, os grupos e os participantes que irão concorrer nas diferentes modalidades.

Hoje apresentamos aos nossos leitores dois concorrentes. O cantor José Mário Branco e o poeta popular Zé do Geito.

JOSÉ MÁRIO
BRANCO

José Mário Branco nasceu, em 1942, no Porto e quando se viu forçado a abandonar Portugal era estudante. Por se ter recusado a participar na criminosa guerra colonial, fugiu para França em 1963. Tem-se aqui dedicado ao estudo da música e à composição de canções, que também interpreta, tendo até hoje quatro discos publicados. Eis uma breve conversa que tivemos com este participante dos Jogos Florais:

O Salto. — Como sabes, a burguesia portuguesa, através dos seus órgãos de propaganda, apela ao fado « de canção nacional ». Tu, que não cantas o fado, que pensas dele?

J.M.B. — Posso começar por uma frase de um conhecido compositor português, Fernando Lopes Graça, com a qual eu estou inteiramente de acordo. Lopes Graça diz: « O execrando fado produto da corrupção da sensibilidade artística e moral ». O fado foi aproveitado pelo fascismo como um suporte cultural entre outros, para impregnar as massas populares de um espírito reaccionário, que se pode avaliar pelos temas do fado: o amor onde ressalta a dominação da mulher pelo homem, a paixão louca, a saudade, o desespero, a nostalgia, em suma, a irracionalidade dos sentimentos humanos e a impotência perante o destino.

O fado veio reforçar ainda mais o que de mau há nas tradições religiosas e na ignorância, provocadas pelo sistema de opressão em que temos vivido, e o fascismo, utilizando o fado, veio reforçar essa situação.

Para mim, combater o fado é combater o fascismo.

Tem havido « tentativas » de « artistas célebres », como a Amália, que quando o Caetano subiu ao governo e disse ir « liberalizar », arranjaram fados com letras de poetas antifascistas, o que não passa de puro golpe comercial, oportunista, para apanhar um certo público citadino de origem pequena e média-burguesa, estudantes e intelectuais que vão, à noite, às casas de fado e tabernas comer umas tapas e beber uns copos.

Zé do Geito. — Não considero as letras das canções difundidas pela rádio como poesia popular; talvez seja mais correcto chamar-lhe « ladinha para distrair ». Poesia popular, no meu entender, são versos que divulgam a vida quotidiana do povo trabalhador: suas lutas, o papel que desempenha na sociedade, suas aspirações, suas vitórias e derrotas, etc.

O Salto. — Os teus poemas são diferentes daquilo a que acabas de chamar muito justamente « ladinhas para distrair ». Em quê? Porquê?

Zé do Geito. — Fundamentalmente os meus poemas diferem nas personagens e nos temas que tomo por referência. Porque através deles procuro denunciar contradições, como, por exemplo, a supremacia dum classe social sobre uma outra. No nosso tempo qualquer obra artística ou defende os interesses revolucionários das largas massas de operários e camponeses ou se coloca na defesa dos interesses reaccionários da burguesia exploradora. Eu tento situar a minha poesia na luta do povo trabalhador pela sua libertação.

O Salto. — O que esperas dos I Jogos Florais?

Zé do Geito. — Espero, em primeiro lugar, que as obras apresentadas saibam conjugar harmoniosamente o conteúdo revolucionário com uma forma artística válida. Em segundo lugar, faço votos para que eles despertem um grande interesse em muitos portugueses.

Pela minha parte farei o melhor que estiver ao meu alcance mas, como sabes, sou um simples amador de poesia popular cujo contributo será forçosamente limitado.

ANTÓNIO JOSÉ
SARAIVA
NO JÚRI LITERÁRIO

No seu número de Dezembro o nosso jornal publicou uma entrevista com o investigador e historiador António José Saraiva, que acabava de aceitar o convite que a Comissão Organizadora dos I Jogos Florais Portugueses na emigração lhe tinha feito para participar no júri literário desses jogos.

A publicação dessa entrevista valeu-nos um abundante correio.

Devido à impossibilidade material de publicarmos todas a cartas, transcrevemos parcialmente duas que correspondem às duas ideias fundamentais aí expressas.

A primeira carta, António José Saraiva e a Cultura Popular, transcrevemo-la sem comentários, pois com ela nos identificamos. Ela corresponde à posição que O Salto tem defendido ao longo de todos os números do jornal.

A segunda, O que são os Jogos Florais?, só a transcrevemos em parte, para o que pedimos a compreensão do nosso leitor F.C. Como complemento pareceu-nos ser absolutamente necessário definir a nossa posição sobre os I Jogos Florais Portugueses na emigração e rebater as ideias erróneas expressas por F.C. nessa carta.

O QUE SÃO OS JOGOS FLORAIS?

« Não! Não posso estar de acordo. Os I Jogos Florais não podem ser o pretexto para os intelectuais entrarem em contacto com as massas. Entrevistando A.J.S. e convidando-o para fazer parte do Júri Literário, O Salto

abriu um perigoso precedente. Continuando assim, O Salto deixará de ser o jornal dos trabalhadores portugueses emigrados para ser o... dos Saraivas.

(...)

« Nos Jogos Florais só devem ter lugar defensores da cultura popular. Senão... o que são os Jogos Florais? »

A NOSSA POSIÇÃO

A Quem Estão Abertos Os JOGOS FLORAIS?

A primeira incompreensão que F.C. mostra é sobre a quem devem estar abertos os Jogos Florais.

A 1ª Reunião Inter-Associativa das associações de trabalhadores portugueses emigrados decidiu que os Jogos Florais deviam estar abertos a todos os portugueses independentemente das suas posições ideológicas e políticas. Definir os Jogos como devendo estar abertos sómente « a defensores da cultura popular » é querer cortá-los do movimento associativo das massas emigradas.

Os Jogos Florais inscrevem-se no desenvolvimento do movimento associativo. É a ele que é necessário ir buscar as bases reais de agitação e não a um sonho por mais dourado que ele seja.

Na maioria dos clubes da emigração o que se realiza não é cultura popular, mas sim obras literárias e artísticas onde ainda impera a ideologia burguesa. A nossa posição não deve ser recusar esta base real do movimento cultural das massas emigradas mas sim unirmos-nos a ele para o fazermos avançar para bases justas. Nós devemos ser nesse

(Continua na pág. 7.)

AS RELIZAÇÕES DESPORTIVAS

TAÇA DA UNIÃO (FUTEBOL)

Depois do apelo que inserimos no nº 13 do nosso jornal, assinado pela Federação Desportiva dos Trabalhadores Portugueses Emigrados (FDTPE), muitos atletas e clubes contactaram aquele organismo com vista a sua participação na Taça da União de 1973, que como já é do conhecimento público, estará integrada nos Jogos Florais.

Assim, no sentido de começar desde já a organização da Taça da União, os clubes da região de Paris encontraram-se no dia 14 de Dezembro para discutirem dos problemas que se põem a esta realização. Os 14 clubes inscritos, fizeram o balanço da primeira edição da Taça da União, chegando à conclusão que ela se tinha revestido de grande importância na tarefa da construção da União dos Trabalhadores Portugueses Emigrados. Por outro lado os participantes na reunião foram unânimes em considerar que houve certos aspectos negativos, como a falta de disciplina e correção da parte de alguns atletas, que teriam de ser corrigidos. Neste sentido foi decidido dar uma importância primordial ao prémio de Desportivismo.

Os representantes dos clubes acordaram também que só o esforço da FDTPE e das suas

estruturas podem permitir a resolução correcta dos problemas referentes à Taça da União.

Nas outras regiões de França e nos outros países, a FDTPE começou a desenvolver o seu trabalho para aí organizar também as eliminatórias. Atendendo a que as inscrições para a região de Paris já se encontram encerradas, aquela Federação pede-nos que comuniquemos a todos os clubes fora da região de Paris e que queiram participar na Taça da União que o podem ainda fazer escrevendo para:

MOVIMENTO
DOS TRABALHADORES
PORTUGUESES
EMIGRADOS

(Federação Desportiva)
56, rue de la Fontaine-au-Roi
75011 PARIS

GUERRA COLONIAL

Por absoluta falta de espaço não nos foi possível inserir neste número de « O Salto » uma entrevista do representante na Suécia do MPLA, a qual preenchia aquela secção. A referida entrevista será apresentada ao nossos leitores no próximo número.

CONHECE
os clubes de
trabalhadores

FRANÇA

IVRY

Clube dos Jovens Trabalhadores Portugueses de Paris

25, rue Christophe-Colomb
94200 IVRY SUR SEINE
Metro Pierre Curie

PUTEAUX

Associação « Encontro Português »
20, rue du Centenaire
92800 PUTEAUX

NANTES

Associação dos Trabalhadores Portugueses de Nantes
9, rue das Hauts-Pavés
44000 NANTES

BOURGES

Clube Português do Cher
5, rue de la Thaumassière
18000 BOURGES

HOLANDA

Associação Resistência e Trabalho
Brink 1 A Amsterdão

ALEMANHA

Centro Português de Neuss
404 Neuss - 8
Postfach 923